

economia

Editora: Fernanda Crancio
economia@jornaldocomercio.com.br

Juro do cartão de crédito sobe a 435,9% ao ano em fevereiro

A taxa do parcelado subiu de 194,9% para 200,2%, informou o BC

/ CRÉDITO

O juro médio total cobrado pelos bancos no rotativo do cartão de crédito subiu de 424,5% ao ano em janeiro para 435,9% em fevereiro, informou o Banco Central ontem. A taxa do parcelado subiu de 194,9% para 200,2%.

Considerando o juro total do cartão de crédito, que leva em conta operações do rotativo e do parcelado, aumentou de 89,7% (revisado, de 89,6%) para 96,4%.

O Congresso definiu em lei que os juros do rotativo e do parcelado não poderiam ultrapassar 100% do principal da dívida. O teto para os juros e encargos da modalidade passou a valer em janeiro de 2024.

As taxas apresentadas pelo BC podem sugerir que os bancos estejam descumprindo a lei, mas o que acontece é apenas um registro estatístico.

Para chegar às taxas anuais, a autoridade monetária extrapola

o juro cobrado ao mês pela instituição financeira para o ano. Essa taxa nem sempre é efetivada, já que os consumidores normalmente ficam “pendurados” no cartão por apenas dias ou semanas.

O BC não pretende descontinuar essa série histórica, que serve como referência para mostrar a velocidade de aumento ou redução dos juros e também é um dos componentes para se chegar à taxa cobrada pelo sistema como um todo.



Taxas apresentadas podem sugerir que bancos estejam descumprindo lei

Percepção do rotativo do cartão como renda é problema para a economia, diz Galípolo

Ao participar ontem do J.Sa-fra Macro Day, no painel “BC: Perspectivas para a Economia Brasileira”, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse ver como um problema o fato de boa parte da população considerar o rotativo do cartão de crédito como renda disponível.

Para ele, o debate sobre o endividamento da população tem sido atravessado por fatores conjunturais e estruturais, com im-

pactos diretos no custo de acesso ao crédito e na percepção que as famílias têm da própria situação financeira.

De acordo com o banqueiro central, no contexto de aperto monetário, o encarecimento do crédito é apresentado como parte do mecanismo de transmissão da política monetária, que “gera restrições do ponto de vista do endividamento” e afeta o custo de tomar recursos. Ao mesmo tempo,

de acordo com ele, a leitura do endividamento não é homogênea.

“Em pesquisas sobre o tema, aparece uma compreensão bastante heterogênea entre os brasileiros: muitas pessoas não se consideram endividadas se não houver atraso, mesmo quando têm financiamentos e parcelas em dia”, disse ele.

Ainda de acordo com o banqueiro central, a pressão sobre o orçamento é relacionada ainda

a sucessivos choques de oferta, descritos como degraus no custo de vida. “Ainda que indicadores como desemprego baixo e inflação baixa possam estar presentes, esses choques alimentam a sensação de perda de poder aquisitivo, já que a população percebe o aumento no preço de itens básicos. Nesse cenário, o uso do rotativo do cartão de crédito aparece como um ponto crítico”, disse.

De acordo com Galípolo,

o debate cita um produto com 60% de inadimplência, entendido como ruim tanto para quem oferece quanto para quem toma. Ele também disse que 40 milhões de pessoas físicas pagam juros de 15% ao mês no rotativo do cartão e boa parte da população trata o rotativo como uma fatia da renda disponível, o que é problemático do ponto de vista estrutural e como algo que exige medidas para ser endereçado.

CDL aponta que planejamento financeiro ganha força entre moradores da Capital

/ FINANÇAS PESSOAIS

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

A preocupação com o planejamento financeiro começa a ganhar mais espaço entre os moradores de Porto Alegre. Pesquisa realizada pela Câmara de Dirigentes Lojistas da Capital (CDL POA) ao longo do ano passado apontou que 72,2% dos porto-alegrenses pretendem estabelecer alguma meta financeira para 2026, percentual bem superior ao observado nos anos anteriores: 50,5% em 2025 e 35,3% em 2024.

O aumento do interesse em organizar as finanças ocorre em um contexto de pressão sobre o orçamento das famílias. Segundo o Indicador de Inadimplência da CDL POA, 37,3% dos adultos da Capital estavam com restrição de crédito, cheque ou protesto em fevereiro de 2026, renovando o recorde da série histórica.

Para o presidente da entidade, Carlos Klein, o cenário de in-

flação, juros elevados e aumento do endividamento é justamente o que tem levado muitas famílias a repensar a forma como lidam com o dinheiro.

“Nos últimos anos, temos percebido um crescimento do endividamento e da inadimplência entre as famílias. Ao mesmo tempo, fatores como a inflação e o aumento da taxa de juros comprimiram o poder de compra do consumidor. Diante dessas dificuldades, as pessoas passam a buscar mais informações para equilibrar as contas e manter uma situação financeira mais sustentável”, afirma.

Segundo ele, também houve ampliação do acesso a conteúdos sobre educação financeira nos últimos anos, impulsionado por redes sociais e influenciadores especializados no tema. “Há um contraste: ao mesmo tempo em que vemos altos índices de endividamento, cresce também a intenção de planejamento”, resume.

Os dados da pesquisa indicam que a maior parte da população avalia a própria situação

financeira como relativamente estável. Cerca de 51% dos entrevistados afirmam conseguir manter as contas em dia, embora sem sobra significativa de recursos. Outros 24,5% consideram sua situação boa e 11,6% excelente, enquanto 12,9% classificam a própria condição financeira como precária.

Quando questionados sobre o próprio perfil financeiro, 31,1% se definem como poupadores, afirmando conseguir guardar parte da renda para emergências ou objetivos específicos. O mesmo percentual, porém, diz ser gastador - ou seja, costuma consumir toda a renda sem formar reservas. Outros 16,8% afirmam investir parte do dinheiro, enquanto 15,2% dizem manter recursos parados e 5,8% relatam enfrentar dívidas recorrentes.

Conforme o professor da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs) Gustavo Inácio de Moraes, o aumento do interesse pelo planejamento financeiro também está ligado à maior estabili-

dade no mercado de trabalho nos últimos anos.

“Quando a pessoa sente que tem uma renda constante no bolso, ela passa a se sentir mais segura para fazer planos de médio e longo prazo. Esse acúmulo e permanência de ganhos acabam sendo um dos principais motivadores para explicar por que as pessoas estão mais interessadas em planejamento financeiro”, explica.

Ao mesmo tempo, o especialista ressalta que a renda média ainda é relativamente baixa no País, o que dificulta a formação de reservas. “Hoje, a média salarial gira em torno de pouco menos de dois salários mínimos. Há emprego, mas a renda ainda não é suficientemente forte para equilibrar o orçamento de muitas famílias”, observa.

Então, mesmo quando existe a intenção de poupar, transformar o planejamento em prática exige disciplina. Segundo Moraes, um erro comum é deixar para guardar dinheiro apenas no final do mês: “A lógica precisa ser inverti-

da. O ideal é reservar uma parte da renda logo que o salário entra. Se você esperar para ver o que sobra no fim do mês, quase sempre surgirá alguma outra despesa”, afirma.

O coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), André Braz, ressalta que o planejamento financeiro também é fundamental para evitar a perda da capacidade de pagamento das famílias.

“O endividamento em si não é um problema. Financiar um carro ou um imóvel, por exemplo, ajuda a movimentar a economia. O problema é a inadimplência, que ocorre quando a família perde a capacidade de pagar suas dívidas”, explica.

Segundo ele, a organização do orçamento se torna ainda mais importante em um cenário de juros elevados. Com a taxa Selic em patamar alto, aplicações financeiras conservadoras acabam oferecendo retorno atrativo, o que pode estimular o hábito de poupar.